CORREIO BRAZILIENSE

INOCÊNCIA PERDIDA

BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2006

Cadu Gomes/CB

ERIKA KLINGL
DA EQUIPE DO **CORREIO**

3º CONCURSO TIM LOPES DE INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA

A educação é a chave para a cidadania. É um direito de crianças e adolescentes e um dever do Estado, dos pais e dos educadores. Sem educação, não há acesso aos outros direitos definidos na Constituição. E nem garantia de ingresso no mercado de trabalho. O Brasil se orgulha de, todos os anos, alcançar a marca de mais de 96% das crianças e dos adolescentes com idades entre 7 e 14 anos matriculados no ensino fundamental. O problema é que tal índice esconde uma cruel realidade.

Há seis meses Jéssica (**foto ao lado**) não vê seus colegas de escola. Ela estava na 6ª série do ensino fundamental na Barra do Ceará, bairro pobre de Fortaleza (CE). Mas, nas estatísticas, Jéssica freqüenta as aulas. Para o Ministério da Educação (MEC), o governo do Ceará e a prefeitura de Fortaleza, a menina de 14 anos passa todas as manhãs de segunda a sexta-feira sentada no banco do colégio. A merenda servida diariamente inclui Jéssica na conta. Assim como o repasse do material didático. O problema é que Jéssica não está lá. Passa, quase todas as noites, nas ruas. É vista com freqüência recostada na placa da Avenida Abolição, que passa pelos principais hotéis da capital cearense e é ponto de prostituição conhecido em Fortaleza.

Desde junho a garota, magra e frágil, de cabelos castanhos e compridos, é vítima da exploração sexual nas proximidades da Avenida Beira-Mar. Exposta a todo tipo de perigo, Jéssica faz programas por R$ 30. Seu sonho de tornar-se, um dia, auxiliar de enfermagem, está cada vez mais distante.

Apesar de ter faltado a todas as aulas no último semestre, nenhum dos professores, colegas ou alguém de casa falou com a menina sobre seu paradeiro longe dos bancos da escola.

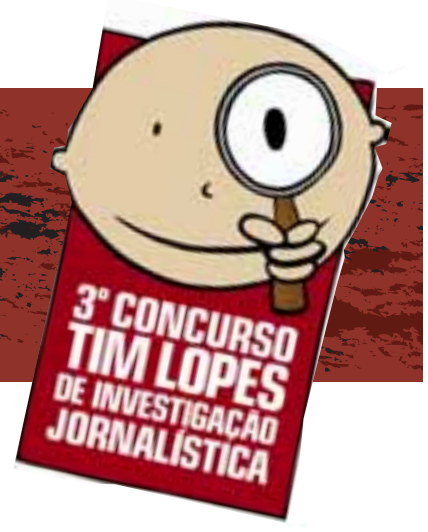
A garota relaciona sua situação às dificuldades financeiras da família. "Não conheço meu pai. E minha mãe está desempregada", relata. Antes de passar às ruas, Jéssica era vítima de trabalho infantil. "Limpava casa de família e tirava R$ 200. Não dava para nada. Agora, em um mês bom, com muitos turistas na cidade, chego a receber R$ 1.000", afirma. O orgulho no rosto frágil e meigo de Jéssica esconde os sinais da vida que leva longe da escola.

Nas próximas páginas, o **Correio Braziliense** revela que a história de Jéssica está longe de ser única. Somam-se a ela milhares de meninas e meninos que, por trás das estatísticas de sucesso da universalização da educação básica no Brasil, abandonam as salas de aula todos os anos. O levantamento inédito, feito pela reportagem deste jornal, mostra a relação direta entre a exploração sexual e o baixo desempenho escolar.

Existem 927 municípios brasileiros que registram exploração sexual de crianças e adolescentes, vítimas de prostituição, pornografia, tráfico e turismo sexual. Em 85% dessas cidades, os índices de abandono e de distorção idade-série são maiores do que as médias obtidas pelos próprios estados.

Premiado pela 3ª edição do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, esse levantamento serviu de ponto de partida para uma viagem pelo país. A reportagem do **Correio** esteve em cidades das cinco regiões brasileiras e comprovou que, independentemente da riqueza do estado ou município, a exploração sexual de crianças e adolescentes existe e traz consigo o baixo desempenho escolar.

Os nomes das crianças e jovens citados neste caderno são fictícios. Mas as histórias relatadas não.



FALHA NO SISTEMA

PELA PRIMEIRA VEZ, É POSSÍVEL APONTAR A RELAÇÃO DIRETA ENTRE EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL E EVASÃO ESCOLAR. EM 85% DOS 927 MUNICÍPIOS BRASILEIROS QUE APRESENTAM DENÚNCIAS DE PROSTITUIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ÍNDICE DE ABANDONO DOS ALUNOS DA REDE DE ENSINO É MAIOR DO QUE A MÉDIA DOS ESTADOS

Cadu Gomes/CB

DIFICULDADE: ROSE, 17 ANOS, LARGOU A ESCOLA E COMEÇOU A SE PROSTITUIR PARA PAGAR O VÍCIO DAS DROGAS. MÃE DE UM BEBÊ DE 1 ANO E MEIO, ENFRENTA A DUREZA DO SUPLETIVO

Crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual são também vítimas da falta de preparo do sistema educacional brasileiro. O rápido leilão das ruas resulta na perda quase imediata do vínculo de meninos e meninas com a sala de aula. A tragédia pode ser vista pelo país. E está provada em números neste caderno especial. Um levantamento nacional, feito pelo **Correio Braziliense**, é capaz de demonstrar a relação entre exploração sexual de crianças e adolescentes e a evasão e o mau desempenho escolar.

O resultado é obtido graças ao cruzamento de dados do Ministério da Educação (MEC) com a Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. E revela: em quase 800 municípios que têm denúncias de prostituição, pornografia, turismo sexual, tráfico ou vulnerabilidade de crianças e adolescentes, as médias de abandono e de distorção idade-série, calculadas tendo como base a repetência de alunos, são mais altas do que nas cidades vizinhas.

Em nada menos que 85% dos 927 municípios brasileiros citados no levantamento da Secretaria de Direitos Humanos, os índices de abandono são mais altos do que a média dos estados em que estão localizados. É a prova, em números, de uma realidade conhecida há anos pelos educadores e integrantes da rede de enfrentamento da violência contra as crianças e jovens menores de idade. Conhecida, mas ignorada porque nunca foi suficiente para que os governos federal, estaduais e municipais atuassem para não perder as vítimas desse tipo de violência.

O sistema de ensino não só é omisso como não ajuda a crianças e jovens a entender que a exploração está longe de ser um benefício. Os estudantes explorados não aprendem em sala de aula que são vítimas de uma realidade e que, sem estudo, terão outros direitos prejudicados. Estarão cada vez mais distantes de serem cidadãos. "Sozinha, a educação não faz milagre. Mas sem educação, nem milagre resolve", sentencia Marlene Vaz, socióloga baiana que trabalha há mais de 20 anos com o tema.

São meninos e meninas que abandonam a escola e a chance de romper o ciclo de pobreza de suas famílias e a grande desigualdade que existe no nosso país. E, pior: o ensino deixa de fazer parte da vida desses brasileiros porque a sala de aula dá lugar à rua, à praia, às boates e aos "inferninhos". São vítimas da exploração sexual, da repetência escolar, da evasão, da incompreensão dos professores, da gravidez precoce, do contágio de doenças sexualmente transmissíveis, do vício de drogas e álcool. Mas, principalmente, da falta de perspectiva de futuro.

Rose, 17 anos, é uma das vítimas dessa cruel realidade. Aos 13 anos, trocou a escola pelas ruas de Foz do Iguaçu. Começou a usar crack e a se prostituir para pagar o vício. Durante três anos, perdeu a dignidade. "Não sei como cheguei tão baixo e ainda estou viva", desabafa. Foi preciso que a jovem engravidasse, com 15 anos, para decidir dar um basta e retomar sua própria vida.

Hoje, Rose sofre para dar conta de cuidar de uma menina de 1 ano e meio e ainda correr atrás de recuperar os anos que perdeu fora da sala de aula. Ela está fazendo supletivo. Mesmo assim, não está otimista com o futuro. "Não entendo nada do que os professores falam e morro de vergonha de perguntar", admite. Ivânia Ferroata, coordenadora da fundação que atende Rose, sentencia. "Em uma fase crucial para o desenvolvimento intelectual dela, Rose estava usando drogas e distante da sala de aula", lamenta. "O esforço agora será muito maior."

Além de estabelecer uma relação científica entre exploração e baixo desempenho escolar, uma das principais contribuições deste levantamento é mostrar que cidades com perfis totalmente distintos podem sofrer do mesmo problema. Balneário Camburiú (SC), com 75 mil habitantes, e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de país desenvolvido, tem evasão escolar — da 5ª série até o 3º ano do ensino médio — mais alta do que a média do estado. O mesmo se dá em São Sebastião (AL), cidade com menos de 30 mil habitantes, que está em 5.169° posição no ranking de 5.507 municípios brasileiros.

O mesmo vale para os estados onde os 927 municípios estão localizados. O prejuízo da exploração na vida escolar ocorre tanto em São Paulo, que tem o maior repasse de custo-aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) do país.

Ou no Maranhão, que só repassa o piso, e tem 39 dos 40 municípios citados no levantamento da Secretaria de Direitos Humanos, com índices de abandono e distorção idade-série acima da média estadual, que já é uma das mais altas do país. Nove em cada 10 alunos do ensino médio de Vila Nova dos Martírios (MA) são mais velhos do que o recomendado pelo MEC. Já em Grajaú, o maior problema é o abandono, que prejudica quase metade dos alunos matriculados no ensino médio e atinge 25% dos que estão entre a 5ª e a 8ª séries.

O estado de São Paulo, apesar de ter uma das menores médias de abandono e distorção idade-série do país, aparece na Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes com 92 municípios. A maioria tem notificações de prostituição de crianças e adolescentes. Em 80% dessas cidades, o desempenho escolar é pior do que a média estadual. "A exploração sexual e o trabalho infantil são causados, em grande parte, pelo fato de a população urbana estar em seu limite em todo o país", argumenta Neide Castanha, secretária-executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Cecria) (**Erika Klingl**)

PRÊMIO

*O levantamento feito pelo **Correio Braziliense**, inédito no Brasil, foi premiado pela 3ª edição do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística. O prêmio, uma bolsa de R$ 9.500, ajudou a financiar parte da execução da pauta. O resto do dinheiro usado para fazer o percurso e as viagens pelas cinco regiões brasileiras foi financiado pelo próprio Correio. A reportagem traz relatos de cada um dos cantos do país. A apuração em Poconé (MT), Foz do Iguaçu (PR), Ananindeua (PA), Medina (MG), Fortaleza (CE) e Brasília (DF) dimensiona e dá rosto a esta que é uma das maiores tragédias brasileiras envolvendo crianças e adolescentes.*

LEIA MAIS SOBRE O LEVANTAMENTO E SUA METODOLOGIA NAS PÁGINAS 6 E 7

DISQUE 100

para fazer uma denúncia anônima ou buscar informações sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. O serviço da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da Républicatambém fornece endereços e telefones do conselho tutelar mais perto de sua casa

DIREITOS DA CRIANÇA

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, direito de ser respeitado por seus educadores, direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores, direito de organização e participação em entidades estudantis e acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência

Estatuto da Criança e do Adolescente
Artigo 53, 1990

PREVENÇÃO

A prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes deve acontecer no contexto de um trabalho educativo global, enfocando a educação para saúde sexual, seja ele realizado em casa, na escola ou numa entidade social. A sexualidade da criança e do adolescente precisa desenvolver-se num ambiente propício para que venham a ter uma vida sexual saudável e feliz. A prevenção e o cuidado em relação à violência sexual não podem transformar-se em medo de sexo

Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, 1997

EXPEDIENTE

Diretor de Redação: Josemar Gimenez
j.gimenez@correioweb.com.br

Editora-Chefe: Ana Dubeux
ana.dubeux@correioweb.com.br

Editor-Executivo: Carlos Marcelo
carlos.marcelo@correioweb.com.br

Editora de Brasil: Ana Paula Macedo
ana.paula@correioweb.com.br

Editor: Olímpio Cruz Neto
olimpio.cruz@correioweb.com.br

Edifor de Fotografia: Luís Tajes
edifoto@correioweb.com.br

Editor de Artes: João Bosco Almeida
joao.bosco@correioweb.com.br

3º CONCURSO TIM LOPES DE INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA

Fotos: Cadu Gomes/CB

POR APENAS R$ 10, IARA TORNOU-SE VÍTIMA DE UM SENHOR DE 70 ANOS. ELA AGORA ESTÁ GRÁVIDA DE SEIS MESES

UMA MÃE MENININHA

NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, O DRAMA DE QUEM DEIXOU DE FREQÜENTAR OS BANCOS ESCOLARES PARA GANHAR AS RUAS À PROCURA DE DINHEIRO E UMA OUTRA VIDA

Belém (PA) — Iara acabou de completar 12 anos e está grávida de seis meses. Na casa dela, em Jaderlândia, um dos bairros mais pobres de Ananindeua, cidade da Região Metropolitana de Belém, não há banheiro, cozinha, fogão ou geladeira. Água, é preciso buscar toda manhã pela vizinhança. Iara toma o cuidado de ir em uma casa diferente a cada vez para não incomodar. Ela não quer correr o risco de algum dia ficar sem ter a quem pedir. Do lado de fora do barraco de madeira e papelão, o esgoto corre a céu aberto. O cheiro é forte e faz com que ela e sua mãe raramente recebam visitas. A companhia constante é a de um "vira-latas" que, de tanto circular pelo barraco, acabou ganhando um canto próximo ao colchão de Iara. Na casa de menos de seis metros quadrados, apenas a mãe de Iara tem cama.

A menina só concluiu a 1ª série do ensino fundamental. Deveria estar na 5ª série. Para piorar a situação, a jovem mãe perdeu a última bateria de exames do pré-natal. A futura avó, mãe de Iara, não sabe ler e não conseguiu descobrir sequer quando ou onde deveria levar a filha. Os três são vítimas da ignorância provocada pela falta da escola. E o quadro tende a piorar.

A gravidez de Iara encerrou sua curta vida escolar. Ela nem pensa em voltar para a sala de aula, agora que terá uma criança para criar. "Já sei escrever meu nome. Além do mais, tenho muita vergonha de todo mundo saber que eu já namorei", comenta. Se tudo continuar como está, o futuro do bebê, que ela mesmo não sabe se é menino ou menina, corre riscos. O filho não tem culpa de nascer em um mundo tão cruel. Iara também não.

Apesar de todas as dúvidas que moram na cabeça infantil, a garota com jeito de criança e mãos de adulta está longe de ser culpada de qualquer coisa. Iara é vítima de exploração sexual. Durante quase um ano, sua vizinha, conhecida como "Loira", 28 anos, levava-a para visitar "Seu" Bené, um homem de quase 70 anos, dono de uma loja que vende grades para proteger casas. O preço da exploração sexual da menina era baixo: R$ 10, mais o dinheiro da passagem, que em Jaderlândia custa R$ 2. O cachê foi definido por Bené e por Loira.

A situação durou quase um ano sem que ninguém fizesse nada para evitar. Pelo menos três vezes por mês, Iara era levada para a casa de Bené. Eles nunca usaram preservativo. Nesse período, a menina deixou de freqüentar a escola. Quando ia, não conseguia concentrar-se no que era tratado pelos professores na sala de aula. Foi necessário que Iara aparecesse "com barriga", aos 11 anos, para que a escola se posicionasse sobre a situação da garota.

"Fomos procurados pela direção quando ela apareceu grávida", conta Franklin Farias, conselheiro tutelar de Ananindeua. "Se a escola tivesse denunciado antes o excesso de faltas, talvez pudéssemos ter, pelo menos, evitado a gravidez precoce." Loira está presa desde 20 de outubro. Ela obrigava não apenas Iara, mas também a filha de 6 anos a se prostituir. A polícia ainda tenta descobrir onde mora o explorador.

ATRÁS DAS ELITES: A 30KM DE CASA, CAROL E CIÇA CAMINHAM PELA ESTAÇÃO DAS DOCAS EM BELÉM

Ranking

O município de Ananindeua tem 0,78 pontos no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Isso coloca a cidade em 2º lugar no ranking entre os 143 municípios paraenses e em 4º lugar entre os 449 da Região Norte. Apesar disso, os cerca de 400 mil habitantes convivem com altos índices de abandono e distorção idade-série. De cada 10 alunos matriculados no ensino médio, oito são mais velhos do que o indicado para a série em que estudam. O número só não é mais alto porque muitos dos estudantes saem da escola antes de chegar aos últimos anos do ensino básico. A evasão escolar é de 10% no ensino fundamental e de 25% no ensino médio.

Ananindeua aparece na Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes com denúncias de crianças e adolescentes prostituídas. De acordo com Franklin Farias, o combate é dificultado pela baixa participação das escolas na rede de enfrentamento da exploração sexual. "As meninas estão sempre trocando de ponto para evitar as batidas policiais. Se as escolas vestissem a camisa do combate da prostituição, teríamos mais sucesso", avalia.

De acordo com Regina Teodoso, uma das coordenadoras do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Crea) do Pará, a omissão das escolas em Ananindeua e na maioria das 36 cidades do estado com denúncias é conseqüência do despreparo do corpo docente. "Falta um protocolo para o professor saber quando pode haver uma notificação por abuso, por exploração ou pelos dois", observa.

Além disso, o estado não conseguiu a integração plena das políticas públicas da rede de enfrentamento. "Apesar de vários avanços, falhamos na hora de desenvolver parcerias entre educação, saúde, agentes policiais e assistência social", reconhece. "Não temos no Crea, por exemplo, atendimento psicoterapêutico porque a competência é da rede de Saúde. Isso é uma falha."

Para piorar, a exploração sexual na região metropolitana de Belém tem outros agravantes. As crianças e adolescentes que transitam pelas ruas das cidades nem sempre moram perto de onde fazem programas. "Meninas de Ananindeua se misturam com garotas de Benevides, Castanhal e de Belém. Isso dificulta demais o nosso trabalho", comenta Regina.

Carol e Ciça, ambas de 15 anos, são de Marituba. O município fica a menos de 30km de Belém. Ambas vivem em uma realidade diferente de Iara. São bem-cuidadas. Têm os cabelos cortados com esmero, unhas pintadas toda semana com tons de rosa e roupas de boas lojas. Mas a idéia de que as três meninas do Pará não compartilham nada em suas rotinas, cai por terra em apenas cinco minutos de conversa com as duas adolescentes. Carol e Ciça também são vítimas de exploração sexual. As duas saem com homens mais velhos na Estação das Docas, local que reúne a elite de Belém atraída pela boa comida, pelo chope gelado e a chance de ver e de ser visto.

Ciça está matriculada na escola, mas sua presença é cada vez mais rara. Até porque está longe do colégio e de casa. Ela admite que deve seguir o caminho da melhor amiga. Carol abandonou a sala de aula há um ano. Estava na 7ª série. "Não vejo muito futuro nessa história de ir para a escola. Até queria fazer faculdade, mas lá em casa ninguém vai ter dinheiro para pagar mesmo", diz, resignada. (**Erika Klingl**)

NORTE
IDH da região: 0,664

Dos 449 municípios, 161 estão na Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, elaborada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência

Em 83% das cidades, há casos de prostituição de crianças e adolescentes. O tráfico de adolescentes aparece em 34% dos municípios

PARÁ
IDH do estado: 0,671

Dos 143 municípios, 36 estão na matriz

Em 29 cidades, há casos de crianças e adolescentes prostituídas. Denúncias de tráfico de adolescentes atingem 17 municípios

ANANINDEUA
IDH do município: 0,782

A cidade está em 2º lugar no estado, 4º na Região Norte e 995º no ranking nacional.

Localizado na região metropolitana de Belém, o município convive com denúncias de prostituição envolvendo crianças e adolescentes

Nas turmas do ensino médio, oito em cada 10 alunos são mais velhos do que o recomendado. A evasão escolar também está acima da média estadual. O município tem 163 escolas do ensino fundamental e 40 de ensino médio

"Já sei escrever meu nome. Além do mais, tenho muita vergonha de todo mundo saber que eu já namorei"

IARA, 12 ANOS

FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO

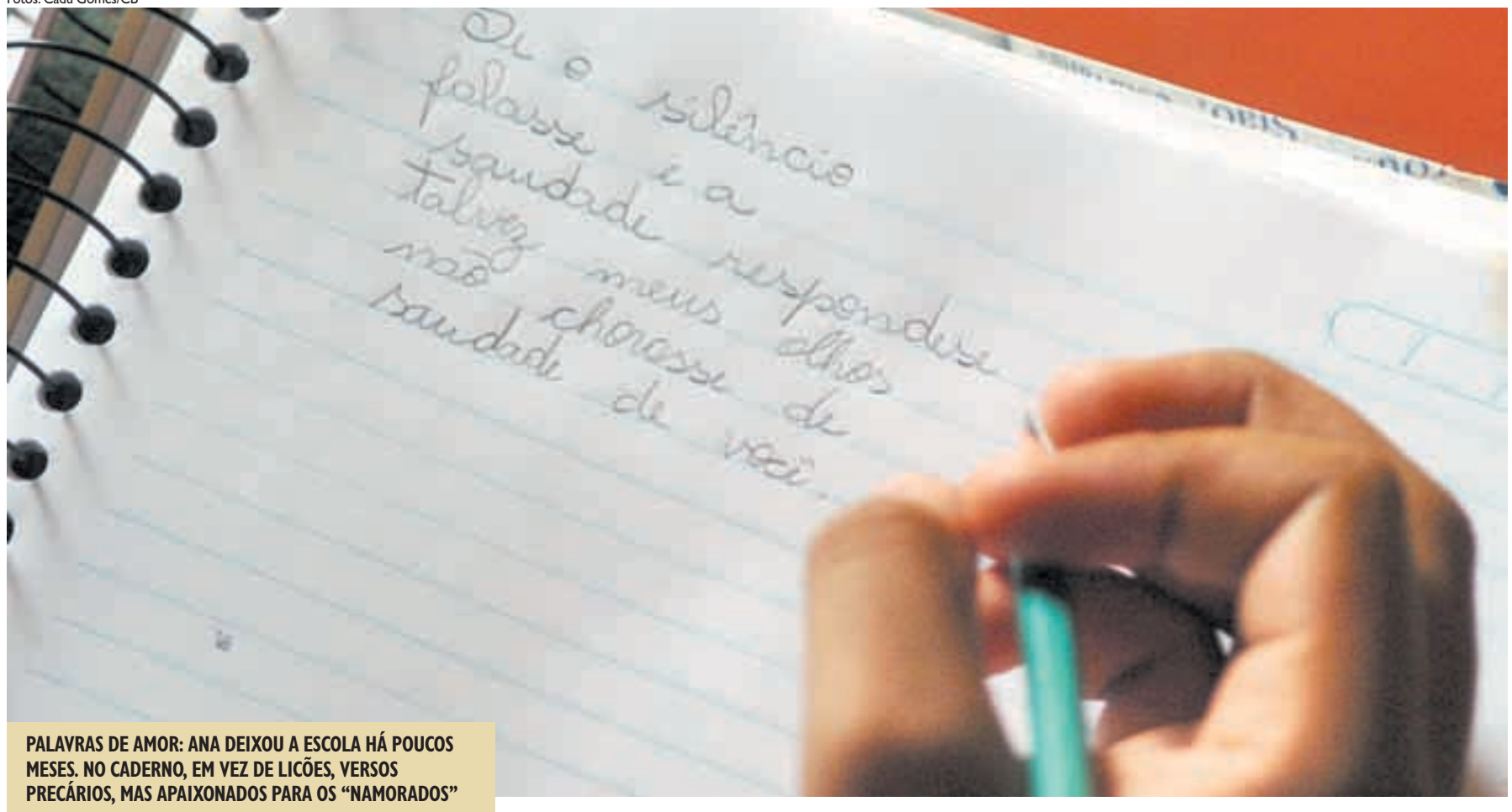
Induzir ou atrair alguém para a prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém abandone
Artigo 228 do Código Penal

VÍTIMA
Qualquer pessoa

PENA PREVISTA
4 a 10 anos de reclusão e multa, se houver lucro

3º CONCURSO TIM LOPES DE INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA

Fotos: Cadu Gomes/CB



PALAVRAS DE AMOR: ANA DEIXOU A ESCOLA HÁ POUCOS MESES. NO CADERNO, EM VEZ DE LICÕES, VERSOS PRECÁRIOS, MAS APAIXONADOS PARA OS "NAMORADOS"

SONHOS NO PAPEL

PORTA DE ENTRADA DO PANTANAL MATO-GROSSENSE, POCONÉ TEM 30 MIL HABITANTES E VIVE DO TURISMO DE AVENTURA. MAS COM OS PESCADORES, VEM A EXPLORAÇÃO SEXUAL QUE PREOCUPA AUTORIDADES E PROFESSORES: EM TROCA DE SEXO, "NAMORADOS" DÃO PRESENTES E, ÀS VEZES, DINHEIRO

Poconé (MT) — O alto do armário de Ana ainda guarda os cadernos com colagens de fotos de artistas da televisão e de cantores de música sertaneja. É verdade que o material escolar está no fundo do armário e cada vez mais cheio de poeira. Hoje, quando a jovem que sonha em ser famosa coloca as mãos em um dos seus cadernos, não está pensando em matemática, geografia ou ciências. Ana usa as páginas que antes continha o que aprendera na 7ª série do ensino fundamental para escrever versinhos para os namorados.

Na verdade não são namorados. Com apenas 15 anos de idade, ela não tem pretendentes. Ou paqueras. A relação é diferente. Em vez de jovens, homens. Ana ganha deles pequenos agrados e presentes. Às vezes, dinheiro. Ela não sabe, mas é vítima da exploração sexual. É prostituída sem nem mesmo saber disso. Faz as vontades dos "namorados" que não têm por ela qualquer respeito, compromisso ou fidelidade. Pior. Não usam qualquer tipo de preservativo.

Ana os conhece em pequenos bares de Poconé. Cidade curiosa. Apesar de pequena, com 30 mil habitantes, tem tantos bares quanto uma cidade grande. Os donos dos estabelecimentos vendem bebida alcoólica para adolescentes mesmo com o trabalho da Promotoria do Direito da Infância, que age para impedir a ilegalidade.

As meninas de Poconé, como Ana, atraem clientes para os botecos. E, por isso, as vendas aumentam. A reportagem do **Correio** conheceu Ana em um dos bares. Eram 16h de uma terça-feira. Nesse horário, ela deveria estar na sala de aula. Matriculada no turno da tarde da 7ª série, Ana deveria estudar em uma escola no bairro popular Coab Nova. "Gosto de vir aqui para conhecer gente e conversar com minhas amigas", relata.

Morando com os avós — os pais trabalham em uma fazenda da região — Ana não tem mesada. "Os caras pagam a conta e ainda me dão dinheiro. Eu nem preciso pedir", diz. "Ontem mesmo eu ganhei R$ 50."

Turismo sexual

A história da garota não é rara em Poconé, às margens da rodovia Transpantaneira. Auto-intitulada Portal do Pantanal, a cidade é ponto de partida de pescadores amadores. Brasileiros e estrangeiros. Serve de dormitório e diversão para homens que estão saindo ou chegando para o turismo de aventura. O município aparece na Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual com denúncias de turismo sexual e prostituição de crianças e adolescentes, além de tráfico de menores de 18 anos. Tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Mato Grosso: 0,679.

"O turismo sexual em Poconé é diferente e, por isso, mais difícil de ser combatido. As meninas saem com os homens de fora por causa de um presente ou para se destacar entre as amigas", explica o promotor Rinaldo Segundo. É por causa disso que o explorador recebe o status de "namorado". De acordo com Thaís Maciel Mesellu, psicóloga do Centro de Referência da Assistência Social, o fato prejudica tanto a notificação dos casos quanto a abordagem das garotas. "Quando recebemos denúncia, o que já é um fato raro, as meninas não admitem a exploração", argumenta.

A relação das garotas e "namorados" pode até ser discreta, mas é suficiente para fazê-las desistir da vida escolar. Tanto o abandono quanto a distorção idade-série nos primeiros quatro anos do ensino fundamental são 50% maiores do que a média estadual. A evasão escolar entre 5ª e 8ª séries alcança dois entre 10 alunos.

Para o promotor, a solução é divulgar à exaustão para a comunidade notícias sobre qualquer tipo de violência sexual. "Só assim a população vai saber que precisa denunciar o que ocorre na cidade", afirma. Na semana em que o **Correio** esteve em Poconé, Rinaldo Segundo se reuniu com diretores das 16 escolas do município. Entregou para cada um cópia do Guia Escolar da Rede de Proteção do Direito da Infância, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Com métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, o material está esgotado. O promotor tirou cópias do material na internet para distribuição. (**Erika Klingl**)

CENTRO-OESTE
IDH da região: 0,737

Das 446 cidades, 118 estão na Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, elaborada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência

MATO GROSSO
IDH do estado: 0,738

Das 126 cidades, 30 estão na matriz

Em 29 dos municípios, há casos de prostituição de crianças e adolescentes. Há registro de ocorrência de tráfico de adolescentes em nove cidades e, em outras oito, denúncias de turismo sexual

POCONÉ
IDH da cidade: 0,679

A cidade está em 121º lugar no estado, 418º entre os municípios da Região Centro-Oeste e em 3.308º no ranking nacional

Localizada a 120km de Cuiabá, no início do Pantanal Norte, a cidade tem 31 mil habitantes, sendo que a população é predominantemente urbana. Apenas 26% dos moradores vivem na zona rural do município

Há casos de tráfico de adolescentes, além de turismo sexual e prostituição envolvendo crianças e adolescentes

Com 74 escolas de ensino fundamental e quatro de ensino médio, a cidade tem índices de abandono escolar acima da média do estado, nas turmas de 1ª a 8ª séries. A média de distorção idade-série está quase 50% acima da estadual entre os alunos do ensino fundamental

"Os caras pagam a conta e ainda me dão dinheiro. Eu nem preciso pedir"
ANA, 15 ANOS

TRÁFICO DE MULHERES

Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro
Artigo 231 do Código Penal

VÍTIMA
Mulher

PENA PREVISTA
5 a 12 anos de reclusão e multa, se houver lucro

BARES DA VIDA

PAULA, 14 ANOS: "O QUE EU IA FAZER NA ESCOLA COM AQUELE BANDO DE CRIANÇAS? EU QUE JÁ BEIJEI NA BOCA"

Paula tem 14 anos e vive no bar. Literalmente. Há dois meses saiu de casa. Está morando com o irmão mais velho, de 19 anos, no boteco que ele abriu na entrada de Poconé. Não há qualquer estrutura no estabelecimento. Apenas uma geladeira cheia de cerveja, uma mesa de bilhar e um quarto nos fundos. Desde que deixou o barraco onde vivia com a mãe, Paula não vai a escola. "Tenho vergonha de morar lá, é muita pobreza. Aqui sou garçonete", conta a menina.

Quando fala dos homens com quem se relaciona, mostra orgulho. "Não preciso pedir dinheiro", relata. "A única vez que pedi, falei em R$ 25 e recebi R$ 50." Parte do que recebe, Paula manda para a mãe, diarista, que recebe R$ 10 por dia de serviço ou um pacote de arroz. O pai da garota trabalha na fazenda e, como muitos outros no Pantanal, só aparece em casa uma vez por mês. "Quando vem, bebe tanto que não dá para ficar em casa. Fica muito irritado", lamenta a filha.

Antes de abandonar a sala de aula, a vida escolar de Paula não era das melhores. Havia sido reprovada por duas vezes na 4ª série. A primeira, por causa de matemática. A segunda, em ciências. "Não queria mais continuar porque minhas amigas passaram de ano. E eu, não. O que eu ia fazer na escola com aquele bando de crianças? Eu que já beijei na boca, que já namorei. Não tenho nada em comum com aqueles meninos."

O Conselho Tutelar de Poconé tenta fazer Paula mudar de idéia. Mas não conseguiu até agora. "A realidade dessa menina é bastante comum aqui na cidade. O pai passa o mês na fazenda e não acompanha o desenvolvimento da filha. A mãe enfrenta a miséria diariamente", afirma Selso Severino da Costa, presidente do conselho. "A única solução é dar emprego aos jovens e suas mães. Enquanto dependermos desses turistas que passam uma noite por ano em Poconé, não haverá saída." (**EK**)

REBELDE SEM CASA

EM FOZ DO IGUAÇU, CRIANÇAS FAZEM PROGRAMAS NAS RUAS PARA SOBREVIVER. MAS HÁ QUEM ENFRENTE CONSTRANGIMENTOS, COMO UM GAROTO, POR CAUSA DA OPÇÃO SEXUAL

Cadu Gomes/CB

LUCAS, 14 ANOS: "GANHAR DINHEIRO E FICAR NA RUA ATÉ TARDE CONVERSANDO SÃO COISAS ÓTIMAS, MAS FAZER PROGRAMA É RUIM"

SUL

IDH da região: 0,771

Dos 1.159 municípios, 161 estão na Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, elaborada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência

Em 83% dos municípios, há denúncias de prostituição de crianças e adolescentes

PARANÁ

IDH do estado: 0,771

Dos 339 municípios, 55 estão na matriz

Em 43 cidades, há casos de prostituição de crianças e adolescentes. Denúncias de tráfico de adolescentes foram registradas em quatro municípios. Em outros quatro, há ocorrência de pornografia de crianças e adolescentes

FOZ DO IGUAÇU

IDH do município: 0,788
Cidade está em 41º lugar no estado, entre 399 cidades, 438º na região e 838º no ranking nacional

A cidade da fronteira brasileira com Paraguai e Argentina convive com denúncias de tráfico de adolescentes, prostituição e pornografia envolvendo crianças e adolescentes

Os alunos do ensino básico são mais velhos do que o recomendado. A evasão escolar também está acima da média estadual. O município tem 109 escolas do ensino fundamental e 33 de ensino médio

Resistência

Foz do Iguaçu (PR) — Lucas tem muito mais história de vida do que a maioria dos adultos que o cercam. O porte e as ambições que habitam a cabeça do garoto de 14 anos escondem mágoas e dúvidas quanto ao futuro. Nos últimos quatro anos, Lucas passou por todo tipo de provação. Foi abusado dentro de casa por um familiar que não aceitava sua sexualidade. Fugiu. Para sobreviver, passou a fazer programas nas ruas de Foz do Iguaçu. As redondezas da Avenida Costa e Silva, onde ficam vários motéis da cidade brasileira da Tríplice Fronteira, passaram a ser a casa do jovem. Em algumas vezes, apesar de não gostar muito, ele se vestiu de mulher.

"Ganhar dinheiro e ficar na rua até tarde conversando são coisas ótimas, mas fazer programa é ruim", resume. Apesar disso, nos últimos quatro anos ele nunca conseguiu abandonar definitivamente a situação de explorado. Parte é porque ele não se sente realmente compreendido em nenhum outro lugar que não seja a rua. Mas também tem vontade de comprar suas coisas. "Tem vez que eu recebo R$ 100 e aí compro muitas coisas para mim e para minhas amigas da rua, além de gastar com vinho tinto", relata.

No dia em que conversou com a reportagem do **Correio**, Lucas estava de boné vermelho e cinto colorido. As duas peças, inspiradas em *Rebeldes*, a novela mexicana que é febre entre crianças e adolescentes brasileiros. "Sou muito vaidoso e gosto de ter roupas boas. E não essa história de ganhar roupa usada dos outros como eles dão nos abrigos", avisa.

Lucas saiu da escola quando estava na 3ª série. Hoje, morando em uma casa-abrigo sustentada pela organização não-governamental Fundação Nosso Lar, ele faz mais uma tentativa de retomar a vida de menino. Não é fácil. Os professores não têm paciência para o espírito questionador e, às vezes, agressivo do garoto. Julgam as atitudes de Lucas a cada instante e preferem mandá-lo para a sala do diretor à primeira provocação. Como se a culpa fosse dele.

O caso de Lucas deixa a impressão de que, para o sistema educacional, é mais cômodo manter longe as vítimas de exploração, como se a ausência desses meninos e meninas na sala de aula representasse a ausência de problemas. "A escola só gosta de meninos bonzinhos. Não quer saber de problema", revela a responsável pela Fundação Nosso Lar, Ivânia Ferronatto. "Tem dia que a escola me liga para reclamar que o Lucas está sem lápis ou borracha. E daí? Isso realmente é motivo para constranger o guri?"

> "SE TODO MUNDO COMEÇAR A DENUNCIAR, NÃO TEREMOS COMO ATENDER TODOS OS CASOS"
>
> ROSELI SCHUSTER, COORDENADORA DO CREAS

De acordo com Ferronatto, responsável por 10 casas-abrigo com cerca de oito crianças e adolescentes cada, o processo de ressocialização sofre com a falta de preparo das escolas. "Apesar de trabalhar há 25 anos, ainda não conseguimos trazer a maioria dos educadores para perto de nós. Estamos longe da parceria", conclui.

Lucas é vítima da principal forma de exploração em Foz do Iguaçu. Que é direta e, raramente, tem intermediários. "As exploradas acabam virando aliciadoras de meninas mais novas, da família, da rua ou da escola", explica Ednéia Cassiana Riquelme, coordenadora do Conselho Tutelar de Foz do Iguaçu. Sua avaliação é fruto da experiência de campo. "Não há um estudo mostrando a cara da violência sexual aqui, mas convivemos com o que há de pior da fronteira: violência e desemprego, além do tráfico de armas e drogas. Precisa mais?", provoca.

Na Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a cidade aparece com notificação de tráfico de adolescentes, prostituição e pornografia. Com 300 mil habitantes e Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) maior que as médias nacional e estadual, a cidade sofre com o baixo desempenho escolar. Os índices de abandono e distorção idade-série são mais altos que a média do Paraná, desde a 1ª série até o 3º ano médio.

A principal queixa dos integrantes da rede de enfrentamento da exploração sexual é a baixa participação da prefeitura. "Argumentando que havia a ação do governo federal por meio do Sentinela, os políticos locais não assumiram a contrapartida", reclama Ednéia. Durante três anos, enquanto durou um convênio com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os recursos locais não fizeram falta. Mas, desde o ano passado, com o fim da parceria, o dinheiro começou a faltar. O atendimento das meninas deixou de ser quinzenal.

"Agora elas têm que vir até aqui. Não temos mais passe de ônibus e algumas simplesmente desapareceram", comenta Roseli Schuster, coordenadora do Centro Referência da Assistência Social, antigo Sentinela. Atualmente, o centro tem 192 meninas notificadas no programa. "A demanda é muito maior porque as denúncias são baixas. Ocorre que se todo mundo começar a denunciar, não teremos como atender todos os casos." O atendimento às famílias também foi prejudicado. "E é muito menos eficiente trabalhar com apenas com as exploradas". (**Erika Klingl**)

FALTA DE RESPEITO

Toda vez que um diretor de escola telefona para o Conselho Tutelar de Foz do Iguaçu, Ednéia Cassiana Riquelme se prepara para ouvir reclamação sobre as meninas e meninos que os conselheiros tiraram da situação de explorada. "É só um aluno assistir duas ou três aulas de disciplinas diferentes e já nos telefonam dizendo que a nossa menina deu problema. Nossa? Ela não é do conselho tutelar ou de qualquer outra instituição. É uma cidadã, pelo amor de Deus", revolta-se.

Raíssa foi uma das vítimas do telefonema constrangedor. "Eu não podia olhar para o lado que me ameaçavam com o conselho tutelar ou com uma suspensão. Um dia me cansei e não fui mais", conta. Essa não foi a única experiência ruim da menina. Mesmo com uma decisão do juiz garantindo vaga na escola próxima de casa, a direção se recusou a aceitar a menina de 15 anos. Raíssa foi explorada nas ruas de Foz do Iguaçu por dois anos. Por isso, teve que se contentar com outra escola.

Depois de um mês gastando dinheiro da passagem para se sentir perseguida pelos professores, abandonou a sala de aula outra vez. "A gente insere uma criança ou adolescente na escola e sabe que ela será violentada pela falta de respeito e pela humilhação", lamenta Ednéia. (**EK**)

> "Tem vez que eu recebo R$ 100 e aí compro muitas coisas para mim e para minhas amigas da rua, além de gastar com vinho tinto"
>
> LUCAS, 14 ANOS

RUFIANISMO

Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça
Artigo 230 do Código Penal

VÍTIMA

Qualquer pessoa

PENA PREVISTA

2 a 8 anos de reclusão e multa, se houver lucro

3º CONCURSO TIM LOPES DE INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA

Cadu Gomes/CB

PROSTITUIÇÃO INFANTIL NAS RUAS: SINÔNIMO DE ABANDONO DA VIDA ESCOLAR DE MILHARES DE JOVENS

Excluídas da escola, exploradas nas ruas

BRASIL EM NÚMEROS

DADOS REVELAM QUE AS CIDADES COM MAIS REGISTROS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL SÃO AQUELAS COM ALGUNS DOS PIORES INDICADORES ESCOLARES

Nos últimos anos, o Brasil produziu bases de dados que permitem comprovar a relação entre o baixo desempenho escolar e a exploração sexual. Para a execução deste caderno, foram avaliados os índices de distorção idade-série e evasão escolar de crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio em 927 municípios que constam da Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, coordenada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

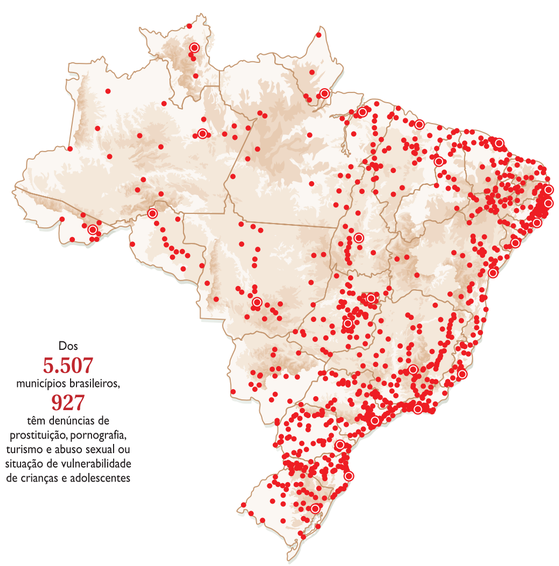
Entre todas as informações sobre as escolas disponíveis no país, foram escolhidos os critérios de abandono e distorção idade-série para a confecção deste caderno. Juntos, os dois itens permitem avaliar a evasão e a repetência dos estudantes. E confirmam que as vítimas de exploração sexual perdem o vínculo com as salas de aula. O período escolhido leva em conta os estudantes brasileiros com idade entre 6 e 17 anos, justamente as principais vítimas da exploração sexual.

As médias educacionais são as mais recentes disponíveis no Brasil, do ano letivo de 2004. A ferramenta utilizada para a obtenção dos índices foi o Sistema de Estatísticas Educacionais (EdudataBrasil), produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Ministério da Educação. O EdudataBrasil é alimentado pelo Censo Nacional da Educação e traz informações do país, dos estados e dos mais de 5.500 municípios brasileiros.

Os dados foram os mais usados para conhecer a realidade de cada uma das cidades que constam da matriz da exploração sexual. Fruto de parceria entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Comissão Intersetorial de Enfrentamento do Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e do Grupo de Pesquisa sobre Violência e Exploração Sexual da Universidade de Brasília (UnB), o levantamento foi divulgado no início de 2005 com objetivo de subsidiar as políticas públicas para a superação do problema no país.

A Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes foi elaborada pelo governo federal a partir do mapeamento geossocial e político dos municípios brasileiros. Também é resultado do cruzamento de dados de levantamentos realizados sobre o assunto, como a Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Outra fonte utilizada pela matriz foi o mapeamento dos pontos de prostituição nas estradas federais onde há registro de casos de exploração sexual comercial de adolescentes e as informações coletadas pelo Disque-Denúncia. (**Erika Klingl**)

DISTRIBUIÇÃO DO PROBLEMA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS



Dos **5.507** municípios brasileiros, **927** têm denúncias de prostituição, pornografia, turismo e abuso sexual ou situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes

RORAIMA
Em cinco dos 15 municípios de Roraima, há casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Apenas a capital, Boa Vista, mantém índices de evasão e distorção idade-série acima da média estadual. Os demais apresentam baixo desempenho

AMAZONAS
Vinte cidades amazonenses, das 62 que formam o estado, estão na Matriz de Enfrentamento da Exploração Sexual. Em 18 delas, ou 90%, pelo menos um índice escolar está abaixo da média estadual. E, em 80% das que têm casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, os baixos índices escolares são uma constante. O estado sofre tanto com a prostituição quanto com o tráfico, com casos registrados em 14 dos 20 municípios

ACRE
Dos 22 municípios do Acre, nove aparecem na Matriz de Enfrentamento da Exploração Sexual. Em 100% deles há baixo desempenho escolar em todos os níveis de ensino, sendo que Porto Acre é o que aparece com a maior incidência de evasão e de distorção idade-série

RONDÔNIA
O estado com 52 municípios aparece na Matriz de Enfrentamento da Exploração Sexual por causa de 14 cidades. Em Rondônia, nada menos que 12 municípios têm registro de prostituição de crianças e adolescentes. Nessas cidades, o baixo desempenho escolar aparece principalmente na evasão escolar de meninos e meninas matriculados entre a 5ª série do ensino fundamental e o ensino médio

PARÁ
Em nada menos que 36 das 143 cidades do Pará há casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Em 88% delas os índices educacionais relacionados à evasão e à distorção idade-série chamam a atenção por estarem acima da média do estado de forma quase equilibrada em toda a vida escolar dos jovens paraenses nas cidades com casos de exploração

AMAPÁ
Das 16 cidades do Amapá, seis convivem com casos de exploração sexual, segundo a Matriz da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Em 100% delas, pelo menos, o índice de desempenho escolar está abaixo da média estadual. Nesses municípios, o fenômeno mais freqüente é a distorção idade-série no ensino médio

MARANHÃO
Mais da metade das 75 cidades maranhenses estão na Matriz elaborada pela Secretaria de Direitos Humanos. Dos 40 municípios com denúncias de exploração sexual, 39 ou 97,5%, têm índices de distorção idade-série e de abandono maior que a média estadual. No Maranhão, as denúncias mais freqüentes estão associadas à prostituição, mas também existem registros de tráfico em 14 cidades, além de pornografia e turismo sexual em outras três

TOCANTINS
Apesar de ser o estado mais novo do país, Tocantins é o segundo com maior em número de municípios da Região Norte: 139. Em 19 deles, há registros de exploração sexual de meninos e meninas com idade inferior aos 18 anos. A denúncia mais comum, em 14 dessas cidades, é a prostituição. Os piores dados escolares estão associados ao abandono entre a 5ª e a 8ª séries do ensino fundamental

MATO GROSSO
Nos 30 municípios do estado citados na matriz, entre 126 que formam o Mato Gosso, a prostituição é a marca mais comum da exploração sexual. Ela ocorre em 28 deles. Além disso, nove dessas 30 cidades têm tráfico de adolescentes e turismo sexual. O baixo desempenho escolar associado à evasão e à repetência se manifesta em 27 delas, ou seja, 90%

DISTRITO FEDERAL
O maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as unidades da federação não impediu que o DF estivesse na Matriz de Enfrentamento da Exploração Sexual. Em Brasília e em outras oito regiões administrativas há casos de prostituição e pornografia de crianças e adolescentes, assim como tráfico de adolescentes para fins de exploração sexual

GOIÁS
Em 47, dos 57 municípios goianos destacados na matriz, o abandono e a distorção idade-série aparecem acima das médias estaduais, sendo que Amaralina, Águas Lindas de Goiás e Paraúma têm baixos índices escolares em todas as séries do ensino básico. A maioria dos 57 municípios goianos está na matriz por causa da prostituição de crianças e adolescentes

MATO GROSSO DO SUL
No Mato Grosso do Sul, 90% dos 31 municípios citados na matriz apresentam médias de distorção idade-série e abandono maiores que os índices estaduais. A maioria deles está na matriz por causa de crianças e adolescentes em situação de prostituição, mas nove acumulam denúncias por tráfico e turismo sexual. Entre os que aparecem com os piores desempenhos estão Porto Murtinho e Anastácio

PARANÁ
Dos 55 municípios paranaenses citados na matriz, 45 tem notas vermelhas na hora de se avaliar o abandono e a repetência dos alunos. É o caso de Foz do Iguaçu que convive com denúncias de tráfico de adolescentes, prostituição e pornografia envolvendo crianças e adolescentes

SANTA CATARINA
Em 80% dos 57 municípios catarineses com denúncias de exploração sexual, a evasão escolar e a distorção idade-série é preocupante por estar acima da média do estado. Em Santa Catarina, os casos de prostituição de crianças e adolescentes são mais comuns do que os de tráfico e turismo sexuais

RIO GRANDE DO SUL
Em todas as 49 cidades gaúchas citadas na matriz, a exploração sexual é marcada pela prostituição de crianças e adolescentes. Há seis deles que acumulam ainda denúncias de tráfico para fins sexuais ou pornografia envolvendo meninas e meninos. Em 36 dos municípios do estado constantes na matriz, os índices de evasão escolar e repetência estão acima das médias estaduais

PIAUÍ
Das 221 cidades piauienses, 20 têm denúncias de exploração sexual, todas elas de crianças e adolescentes em situação de prostituídas. Em 18 desses municípios, os índices escolares estão acima da média no que diz respeito à evasão e à distorção idade-série

CEARÁ
Das 184 cidades do Ceará, 39 estão na Matriz de Enfrentamento da Exploração Sexual. Em 35 delas, ou 89%, pelo menos um índice de evasão ou de distorção idade-série está acima da média estadual. Das quase quatro dezenas de municípios citados na matriz, 37 têm ocorrências de crianças e adolescentes prostituídas. Em Banabuí e em São Benedito

RIO GRANDE DO NORTE
Em 22 municípios, dos 166 do Rio Grande do Norte, existem denúncias de exploração sexual. Os índices educacionais de 18 dessas cidades, ou 81,8%, estão acima da média estadual de evasão e de distorção idade-série. Na imensa maioria deles os registros de exploração estão ligados à prostituição de crianças e adolescentes

PARAÍBA
Dos 223 municípios paraibanos, 27 estão na Matriz de Enfrentamento da Exploração Sexual. Em 22 deles, os índices educacionais deixam a desejar quando comparados à média do estado de evasão e de distorção idade-série. Em 23 deles, as denúncias estão associadas a casos de crianças e adolescentes em condição de prostituídas. Há também, no estado, casos de tráfico de adolescentes para fins de exploração sexual, turismo sexual e pornografia

PERNAMBUCO
Sessenta e três cidades pernambucanas, das 185 que formam o estado, estão entre as com denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes. Os principais casos estão associados à prostituição, em nada menos que 60 cidades. Há também municípios que acumulam denúncias de turismo, tráfico e pornografia. Em 93% dos citados na Matriz, os índices escolares são piores que a média estadual

ALAGOAS
Dos 101 municípios de Alagoas, 19 têm denúncias de exploração sexual, sendo que em 11 deles os casos são de crianças e adolescentes em situação de prostituídos. Em outras oito cidades, as denúncias são de situação vulnerável de meninos e meninas. Em 89,4% das cidades citadas na matriz há baixo desempenho escolar associado à evasão e à repetência

SERGIPE
Sete, das 75 cidades sergipanas, têm denúncias relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes, principalmente de prostituição. Apenas na capital, Aracaju, os índices educacionais de evasão e repetência se mantiveram na média do estado. Nos outros seis, o desempenho das escolas nos dois índices é preocupante

BAHIA
A Bahia aparece na Matriz com 52 dos seus 415 municípios. Em 50 deles, ou seja, em 96%, há baixo desempenho escolar quando comparadas as médias de evasão e distorção idade-série de cada cidade com os índices estaduais. O abandono de alunos da 5ª série até o ensino médio é o que mais marca essas cidades, cuja principais denúncias de exploração sexual estão na prostituição de crianças e adolescentes

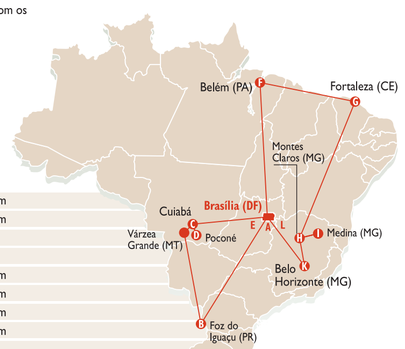
MINAS GERAIS
No estado brasileiro com o maior número de municípios, 81% das 92 cidades citadas na matriz têm altos índices de distorção idade-série e evasão escolar. Em alguns casos, as médias municipais chegam a ser o dobro ou triplo dos dados estaduais

ESPÍRITO SANTO
No Espírito Santo, em 91% das 23 cidades citadas na matriz o desempenho escolar associado ao abandono e à distorção idade-série está acima da média estadual. O estado destaca-se do restante do país por ter mais situações de vulnerabilidade à exploração sexual do que prostituição ou tráfico com fins sexuais

RIO DE JANEIRO
Em 87% dos 33 municípios cariocas que aparecem na matriz, as médias de desempenho escolar ligadas à distorção idade-série e evasão escolar são piores do que as do estado. Nessas cidades, a prostituição é a grande responsável pela inclusão dos nomes na matriz

SÃO PAULO
Apesar de ter a menor proporção de municípios (77%) que convivem ao mesmo tempo com casos de exploração sexual e baixo desempenho escolar no Sudeste, São Paulo aparece na matriz com 92 cidades. Em 71 delas, evasão e distorção idade-série são preocupantes. A maioria dos casos de exploração está vinculada à prostituição de crianças e adolescentes

DISTÂNCIA PERCORRIDA PELA REPORTAGEM DO CORREIO BRAZILIENSE
11.842 km



A	Brasília (DF)	Foz do Iguaçu (PR)	1.673 km
B	Foz do Iguaçu	Várzea Grande (MT)	1.464 km
C	Cuiabá	Poconé (MT)	120 km
D	Poconé	Cuiabá	120 km
E	Cuiabá	Brasília (DF)	1.133 km
F	Brasília (DF)	Belém (PA)	1.585 km
G	Belém	Fortaleza (CE)	1.571 km
H	Fortaleza	Montes Claros (MG)	2.278 km
I	Montes Claros	Medina (MG)	380 km
J	Medina	Montes Claros	380 km
K	Montes Claros	Belo Horizonte (MG)	422 km
L	Belo Horizonte	Brasília (DF)	716 km

COMBATE DIFÍCIL

DISTRIBUÍDOS PELOS QUATRO CANTOS DO PAÍS, OS CONSELHOS TUTELARES ENFRENTAM DIFICULDADES FINANCEIRAS E DE INFRA-ESTRUTURA PARA ATENDER À DEMANDA DE DENÚNCIAS SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENINOS E MENINAS

O Conselho Tutelar de Poconé, localizado no início da rodovia Transpantaneira, em Mato Grosso, só tem carro às terças e quartas-feiras. Nos outros dias, conselheiros, assistentes sociais e psicólogos têm que escolher entre não atender às denúncias ou dar um "jeitinho" — a pé ou com o próprio meio de transporte. Selso Severino da Costa, presidente do conselho, nunca chegou a ter dúvidas. Apesar de receber apenas um salário mínimo por mês, gasta boa parte do dinheiro abastecendo a sua moto. Em Poconé, cada litro de gasolina custa mais de R$ 3. "Se minha mulher não trabalhasse, ia passar necessidade. Mas abrir mão do atendimento está fora de cogitação", afirma.

A falta de carro é apenas um dos problemas do Conselho de Poconé. O telefone foi cortado por falta de pagamento e uma campanha de conscientização a favor das denúncias anônimas de abuso e exploração sexual espera para ser lançada na cidade. "Como vamos pedir para as pessoas telefonarem?", questiona a psicóloga Thaís Maciel Meselli. "Nosso esforço teria efeito contrário."

Em Muaná, no Pará, o telefone divulgado como sendo do conselho é, na verdade, de um orelhão. Sempre que toca, há correria. Às vezes, a aposentada Maria de Lourdes Caetano atende antes dos conselheiros. Apesar de discreta, a vizinha do conselho fica curiosa para saber quem dos 20 mil moradores está telefonando. E, principalmente, qual o motivo da chamada.

Em Medina, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, é ainda pior. Não há um orelhão próximo ao conselho. O que vale são os celulares dos cinco conselheiros. O problema é que, na cidade, apenas uma das várias operadoras de celular tem sinal. "Já aconteceu de gente me telefonar a cobrar de um telefone público da rua", lembra Élbio Ramalho.

As três histórias podem parecer inusitadas, mas se repetem em quase todos os conselhos tutelares espalhados pelo país. "O município instala o conselho, mas não garante autonomia financeira. Até porque, em várias cidades, os conselheiros podem incomodar autoridades envolvidas na rede de exploração sexual", argumenta Rinaldo Segundo, promotor de Justiça em Poconé.

Além da falta de autonomia financeira, um dos grandes desafios da rede de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes é a politização dos conselhos tutelares. Em vários municípios brasileiros, o cargo de conselheiro virou trampolim político. Há quem procure se integrar ao conselho de olho em uma cadeira de vereador ou deputado estadual. Em Ananindeua (PA), houve até campanha este ano para o cargo. Com direito a tudo: santinhos, cartazes e, inclusive, boca-de-urna no dia da votação.

"O conselho foi criado como uma instituição de alto prestígio para a comunidade. Era um ícone da nossa civilidade", observa Neide Castanha, secretária-executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Cecria). "O problema é que fomos muito confiantes no plano teórico e pouco vigilantes na implementação", completa. Neide está organizando um encontro com quase mil conselheiros de todo país, em Luziânia (GO), que começa hoje a segue até sexta-feira. (**Erika Klingl**)

Fotos: Cadu Gomes/CB

TRABALHO DIÁRIO: CONSELHEIROS RECEBEM DEZENAS DE DENÚNCIAS CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL SOFRIDA POR MENINAS NAS CIDADES

ABUSO

Ato ou jogo sexual em que o adulto submete a criança ou o adolescente para se estimular ou se satisfazer sexualmente, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com oferta de presentes

Agência de Notícias dos Direitos da Infância

EXPLORAÇÃO

Compreende o abuso sexual praticado por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e a uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como objeto sexual e mercadoria. A exploração sexual comercial de crianças constitui-se em uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar trabalho forçado e forma contemporânea de escravidão

Declaração aprovada no Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, Estocolmo,1996

PORNOGRAFIA

Exposição de imagens eróticas de pessoas ou de parte delas ou de práticas sexuais entre adultos, adultos e crianças, entre crianças ou entre adultos com animais, em revistas, livros e na internet. A pornografia envolvendo crianças e adolescentes é considerada crime, tanto de quem fotografa crianças nuas ou expõe suas imagens em posições sedutoras com objetivos sexuais, como de quem mostra, a crianças, fotos, vídeos ou cenas pornográficas

Guia Escolar - Método para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, 2003

TURISMO

O turismo sexual se caracteriza, por um lado, pela organização de "excursões" turísticas, com fins não declarados de proporcionar prazer sexual a turistas estrangeiros ou de outras regiões do país e, por outro lado, pelo agenciamento de crianças e adolescentes para oferta de serviços sexuais

Guia Escolar - Método para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, 2003

TRÁFICO

O tráfico de mulheres, crianças e adolescentes é uma das modalidades mais perversas de exploração sexual. A prática envolve atividades de cooptação e/ou aliciamento, rapto, intercâmbio, transferência e hospedagem da pessoa recrutada para essa finalidade

Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), 2002

FALTAM MAIS ARGUMENTOS

Quando meninas ou meninos são abordados pela Rede de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, assistentes sociais, educadoras e psicólogas começam um complexo trabalho de convencimento. O esforço é para tirar as crianças da condição de vítimas da exploração sexual. Seja nas ruas das cidades ou nas praias do Nordeste. Uma das estratégias, além de muita conversa com as vítimas e seus familiares, está na oferta de novas condições de vida, ligadas, principalmente, ao futuro profissional.

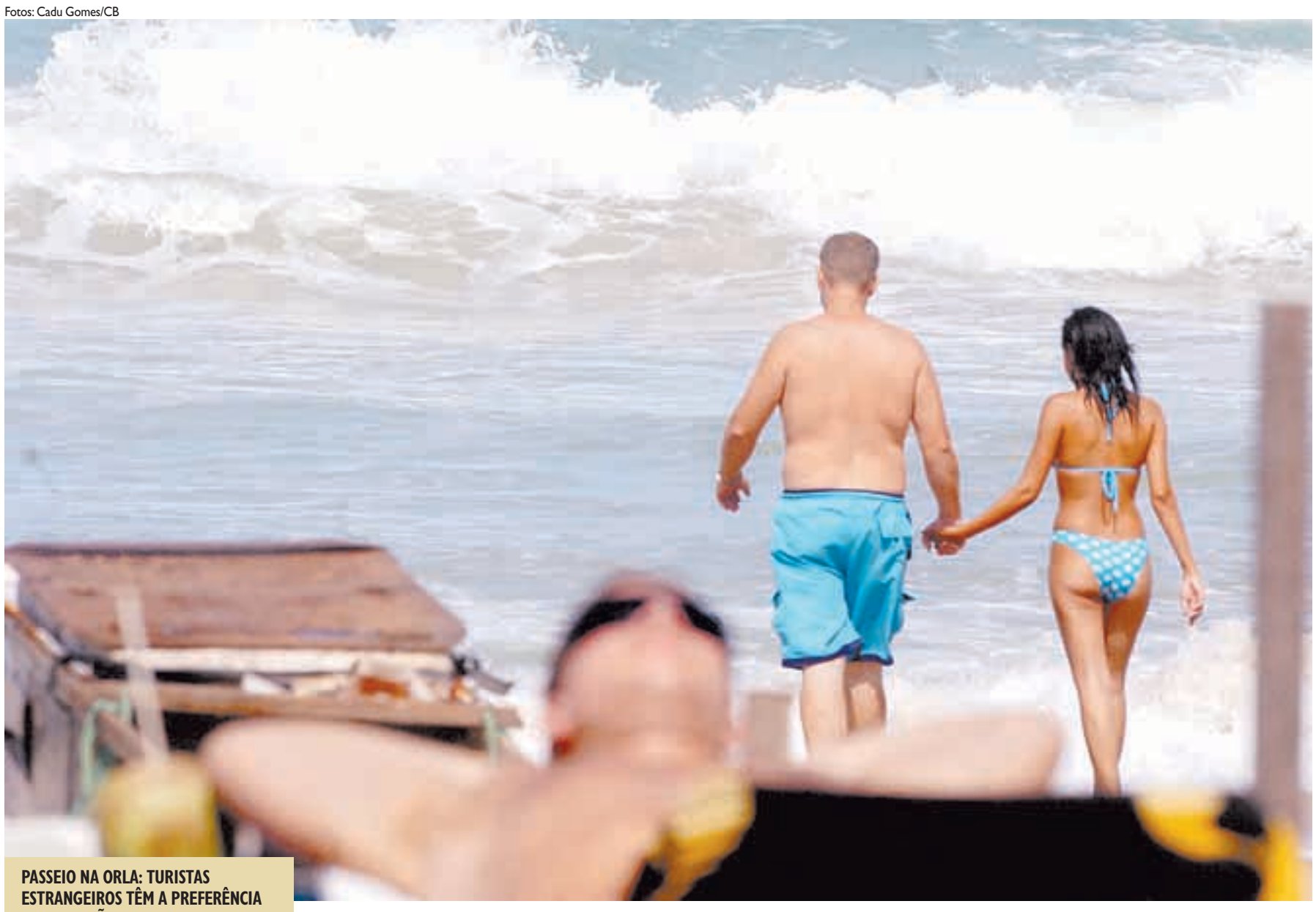
Aparece aí mais um problema no combate à exploração. A cidade de Fortaleza, no Ceará, mesmo sendo referência no enfrentamento da prostituição, ainda não conseguiu combater a reincidência de forma eficiente. "Oferecemos curso de manicure para as meninas, mas só metade aproveitou a chance de ganhar o seu dinheirinho", relata Maria de Lourdes Caltabiano Magalhães, coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social do estado.

Não é preciso ir longe para entender o motivo da falta de empenho das garotas. As barracas da Praia do Futuro, que fica a 20km do centro, oferecem serviço de manicure e pedicure por R$ 25. Quando as vítimas de turismo sexual estão na praia com turistas estrangeiros, são eles que pagam por esse serviço. Tudo para agradar as garotas. Por alguns minutos, elas se sentem como madames. Por isso, dificilmente, vão querer trocar de lugar.

"A gente definitivamente não tem uma ótima proposta para que elas deixem a condição de exploradas", afirma Roseli Schuster, coordenadora do Centro Referência da Assistência Social em Foz do Iguaçu (PR). "Pedimos para elas deixarem de fazer programa para voltar para uma casa que, muitas vezes, não tem nem o básico, para uma escola cheia de preconceito e para um curso profissionalizante que muitas vezes não tem nada a ver com elas?", provoca. (EK)

CENTROS DE REFERÊNCIA TENTAM OFERECER OPORTUNIDADES A VÍTIMAS DA PROSTITUIÇÃO

Fotos: Cadu Gomes/CB



PASSEIO NA ORLA: TURISTAS ESTRANGEIROS TÊM A PREFERÊNCIA E AS ATENÇÕES DAS MENINAS

ASSÉDIO ESTRANGEIRO

NA CAPITAL CEARENSE, ESTRANGEIROS SURGEM NAS PRAIAS AO LADO DE ADOLESCENTES. EM TROCA DE SEXO FÁCIL, ELAS SONHAM EM VIVER FORA DO BRASIL, EM UM PAÍS DO PRIMEIRO-MUNDO

fortaleza (CE) — A música dá o tom no domingo. Mas não combina com o sol de rachar que deixa vermelhos os turistas estrangeiros na Praia do Futuro, uma das mais famosas da capital cearense. Em vez de axé e pagode, as canções ouvidas são *Volare* e *Sole Mio*. O repertório italiano vem de dentro de uma barraca. É música ao vivo. As caixas de som difundem os clássicos por toda a praia. Ainda nem são 10h30, mas em uma barraca próxima, o primeiro caso explícito de turismo sexual.

Inconformada, uma mulher que está na barraca com o marido e dois filhos queixa-se em alto e bom som. Ameaça chamar a polícia se aquele homem continuar a abraçar e beijar as duas mocinhas. Claro, elas são visivelmente menores de idade. A mais nova, que aparenta ter menos de 15 anos, não tarda a procurar o segurança da Barraca Cocobeach. Não para defender seu direito à infância. Mas ao "direito" de ser explorada sexualmente pelo turista italiano de 45 anos que a acompanha. O segurança da barraca interveio. Não em nome da senhora que tenta impedir o assédio italiano. Foi até a cadeira de praia da mulher que reclama do crime para pedir que seja discreta.

Duas horas depois, a cena do estrangeiro com as meninas da Praia do Futuro não chamava mais a atenção. À medida em que as famílias deixavam a praia, as cenas de turismo sexual ficavam mais banais. Adolescentes e jovens garotas com idades entre 15 e 25 anos bebem seus coquetéis. À mesa, camarões e patinhas de caranguejo às custas dos "amigos".

Depois de acompanhar por mais de cinco horas a movimentação de estrangeiros com adolescentes e jovens na praia mais famosa de Fortaleza, a reportagem do **Correio** procurou a menina que teve de brigar para ser explorada. Após negar por várias vezes que tinha menos de 18 anos, Cecília acabou admitindo. Tem apenas 15 anos, mas usa a segunda via da identidade da irmã de 19 para não ser incomodada pela polícia.

Ela não vai à escola há dois anos. Deixou os estudos quando estava na 4ª série do ensino fundamental. "Sei que está errado pensar assim, mas não ganho nada indo para a escola. Melhor é ficar aqui", afirma. Está longe de ser um caso isolado. Os índices de abandono escolar em Fortaleza são altos. Alcançam dois em cada 10 alunos do ensino médio, além de 15% dos estudantes do ensino fundamental. A capital do Ceará, que tem mais de 2 milhões de habitantes, convive com denúncias de pornografia, prostituição e turismo sexual envolvendo crianças e adolescentes, alem de tráfico de jovens. Os registros estão na Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual.

CRIANÇA NO BAR: NA ENTRADA DE FORTALEZA, HOMEM FLERTA COM MENINA MENOR DE IDADE

Sonho no exterior

Assim como Cecília, as meninas que freqüentam a Praia do Futuro não têm tempo de ir para a escola. Todo dia há um estrangeiro na praia. E elas têm a ilusão de que vão migrar para um país desenvolvido, deixando para trás a dura rotina. Essa é uma das maiores motivações para o envolvimento das adolescentes de Fortaleza com turistas estrangeiros que escolhem o país como destino das férias à procura de sexo.

"Estamos fazendo um grande esforço para diminuir a invasão de turistas no estado, mas não conseguimos combater o fenômeno totalmente porque ainda temos hotéis, taxistas e bares que apostam no turismo sexual para ganhar dinheiro", argumenta Maria de Lourdes Caltabiano Magalhães, coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social do Ceará. O escritório já conseguiu a assinatura de vários estabelecimentos em um tratado contra o turismo sexual. Mas a Barraca Cocobeach, onde Cecília divertia-se com o turista italiano, ainda não aderiu.

O Ceará é um exemplo em matéria de fortalecimento da rede de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, mas convive com desafios muito complexos. O turismo sexual ocorre em uma espécie de jogo assimétrico, onde os desejos se cruzam. Enquanto esses homens, sobretudo italianos, portugueses e alemães, querem sexo, as mulheres buscam uma oportunidade na vida. Elas enxergam a chance de migrar para um país do primeiro mundo. E muitas não se entendem como prostitutas. "Várias não cobram para manter relações sexuais com os turistas, mas aceitam presentes. Assim, colocam os homens na categoria de namorados e não de clientes", explica Veranísia Damaceno Rocha, coordenadora do centro.

Embora não admitam a exploração sexual, as moças deixam claro a preferência em namorar turistas estrangeiros. De maneira geral, as mulheres tendem a desvalorizar os homens locais. Preferem envolver-se com europeus. Na ausência desses, optam pelos latino-americanos. Brasileiros, só se forem do Sudeste. "Os caras daqui não prestam", sentencia Michele, de 16 anos. "São machistas e nunca têm dinheiro." Quando falou com o **Correio**, Michele estava saindo com um alemão que passou a última quinzena de outubro em Fortaleza. "Acho que estou apaixonada, mas ele ainda não me disse nada sobre ir embora com ele. Não quero falar nisso para não assustar", admite.

O plano de Michele é comum entre as garotas que freqüentam a Praia do Futuro ao lado de turistas estrangeiros. Além da chance de ascensão social, é comum encontrar jovens que romantizam os relacionamentos. Várias sonham em viajar, casar e ter filhos. Todas as garotas que conversaram com a reportagem naquele dia disseram conhecer pelo menos um caso bem-sucedido de mulher que foi levada para o exterior por um "namorado". Isso, evidentemente, ajuda a alimentar o sonho de migração.

As garotas contam ainda que as que "deram certo" normalmente retornam uma ou duas vezes por ano ao Brasil, oportunidade em que exibem sinais exteriores de riqueza. Daí porque as meninas da Praia do Futuro não vão à escola. Dizem que estão investindo em um futuro longe dali. Mas nem por isso distante da exploração. (**Erika Klingl**)

NORDESTE

IDH da região: 0,610

Dos 1.787 municípios, 289 estão na Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, elaborada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência

Em 87% das cidades, há denúncias de prostituição de crianças e adolescentes

CEARÁ

IDH do estado: 0,631

Dos 184 municípios, 39 estão na matriz

Em 36 cidades, há registro sobre prostituição de crianças e adolescentes. Em seis municípios, há ocorrência de tráfico de adolescentes

FORTALEZA

IDH da cidade: 0,786

O município está em 1º lugar no estado, 8º na Região Nordeste e em 896º no ranking nacional

A capital do Ceará tem 2,13 milhões de habitantes. Há casos de tráfico, turismo sexual, prostituição e pornografia envolvendo crianças e adolescentes

Fortaleza tem 1.008 escolas de ensino fundamental e 283 de ensino médio. Apesar dos índices de distorção idade-série estarem na média do Ceará, os números de evasão dos alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e de 1ª a 3ª série do ensino médio são preocupantes

"Acho que estou apaixonada, mas ele ainda não me disse nada sobre ir embora com ele. Não quero falar nisso para não assustar"

MICHELE, 16 ANOS

EXPLORAÇÃO SEXUAL

Submeter criança ou adolescente, à prostituição ou à exploração sexual
Artigo 244 do Código Penal

VÍTIMA

Criança ou adolescente

PENA PREVISTA

4 a 10 anos de reclusão e multa, se houver lucro

Fotos: Cadu Gomes/CB

ÀS MARGENS DA RIO-BAHIA, AS ADOLESCENTES DANIELA E FABIANA ESPERAM CAMINHONEIROS SOLITÁRIOS. SÓ VOLTAM PARA CASA À NOITE

CRIANÇAS NA ESTRADA

No Vale do Jequitinhonha, jovens são cobiçadas pelos motoristas que cruzam a BR-116. Garotas ignoram que estão sendo vítimas. Ou que a exploração sexual é crime

Medina (MG) — Todo dia, no fim da manhã, as irmãs Daniela e Fabiana, de 15 e 16 anos, andam 3 km da fazenda onde moram até a BR-116, a Rio-Bahia. Usando chinelos e roupas puídas, as duas só aparentam a vaidade comum à idade quando olhamos em seus rostos. O relógio marca 11h20. Ambas estão com a face coberta de maquiagem. As cores usadas pouco combinam com o jeito de meninas. Tampouco com o horário. Nos olhos, sombra azul. Na boca, batom vermelho escuro. "Compramos um estojo por R$ 3 no bazar", conta Fabiana.

As irmãs descem o morro até a rodovia para aproveitar a parada dos caminhoneiros. Na hora do almoço, podem ganhar uns trocados. Trocados mesmo. Dificilmente mais do que R$ 15 por dia. As duas são vítimas da exploração sexual. Parte do dinheiro vai para os pais, que trabalham na roça. O restante é gasto em compras: um pequeno estojo de maquiagem, brincos e perfumes baratos. As meninas moram em um dos lugares mais pobres da Região Sudeste, o Vale do Jequitinhonha.

Depois do almoço, Daniela e Fabiana não voltam para casa. Continuam às margens da Rio-Bahia esperando o pôr-do-sol. É quando os motoristas de caminhão aproveitam os quartos e a segurança do posto, a 80km da divisa de Minas Gerais com a Bahia, para repousar. Só as irmãs não descansam. Voltam para casa à noite. É a única hora que Daniela tem medo. "Sempre rezo para não aparecer bicho, principalmente cobra e aranha", confessa. Ela não tem medo da exploração, mesmo usando camisinha raramente.

A falta de temor não significa que as duas estejam conformadas com a vida que levam. Simplesmente não enxergam outra opção. Fabiana não freqüenta mais a sala de aula. A escola onde estudava só vai até a 5ª série. Mas mesmo quando ainda tinha o que estudar, Fabiana não levava os estudos a sério. "De que ia adiantar prestar atenção no que a tia falava se eu não ia poder continuar os meus estudos?", pergunta. Ouvindo com atenção, Daniela, que está na 4ª série, concorda com a cabeça. E completa: "Só vou para a escola de vez em quando. E mesmo assim é porque a minha mãe quer", afirma. Ela está consciente de que seus dias de estudante estão próximos do fim.

A BR-116 é palco de outras tragédias. Meninas de cidades como Cachoeira do Pajeú, Medina, Itaobim, Divisa Alegre e Pedra Azul ficam em postos de combustível, pontos de venda de mel e queijo, além dos tradicionais restaurantes de beira da estrada. Acabam sendo prostituídas por R$ 5 ou R$ 10. Apesar disso, a rede de enfrentamento da exploração sexual na região sofre para tirar as meninas da situação.

O Centro de Referência da Assistência Social de Medina, responsável há quatro meses pelo atendimento de crianças e adolescentes vítimas de exploração e abuso sexual, tem 40 vagas. E só atende sete meninas. A Associação do Projeto 18 de Maio, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), também tem estrutura para atender 50 vítimas. Mas apenas 15 estão recebendo atenção. Todas mulheres adultas. Nenhuma possui histórico de exploração sexual. "Nosso público-alvo são pessoas vitimadas pela violência sexual, mas não conseguimos atingi-los", admite Dagmar da Silva Amaral, coordenadora da associação. "As meninas se excluem, colocam-se à margem das políticas públicas e simplesmente não aparecem".

Na região impera a falta de diálogo sobre sexo. "Esse é um dos principais tabus do norte de Minas Gerais. As famílias, muitas vezes, são hipócritas e tratam os adolescentes como se não tivessem dúvidas, desejos ou curiosidade", observa Élbio Ramalho, conselheiro tutelar de Medina. Em casa ou nas escolas, o assunto é proibido. A conseqüência se mostra cruel. As meninas não sabem que são vítimas. Ou que exploração é crime.

Bruna e Anne são atendidas pelo conselho. Descobriram a sexualidade nas ruas, assim como a maioria das meninas e meninos do Vale do Jequitinhonha. "Não ouvi na escola falarem de sexo e nem de camisinha. Na verdade, só falavam de coisas chatas", informa Bruna, 14 anos. Ela saiu da escola este ano. Estava na 3ª série, depois de ser reprovada por duas vezes na 2ª série. "Não consigo ir bem em matemática. Acho que sou burra mesmo", lamenta. A mãe é alcoólatra e já agrediu a filha. A menina ganhou as ruas de Medina há seis meses. Queria arrumar dinheiro e calar a fúria materna. (**Erika Klingl**)

SUDESTE
IDH da região: 0,745

Dos 1.666 municípios, 240 estão na Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, elaborada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência

Em 86% dos municípios, há registro de prostituição de crianças e adolescentes

MINAS GERAIS
IDH do estado: 0,719

Dos 853 municípios, 92 estão na matriz

Em 87 das cidades do estado, há casos de prostituição de crianças e adolescentes

MEDINA
IDH da cidade: 0,645

O município está em 759º lugar no estado, em 1.571º na Região Sudeste e em 3.840º no ranking nacional

Localizada a 480km de Belo Horizonte, a cidade tem uma das mais baixas taxas de alfabetização de adultos do estado, girando em torno de 70%

O município registra denúncias de prostituição de crianças e adolescentes que são explorados, principalmente, na rodovia que corta o Vale do Jequitinhonha

A cidade tem 40 escolas de ensino fundamental e apenas uma de ensino médio

As taxas de evasão e distorção idade-série superam em mais de 150% os índices estaduais

"De que ia adiantar prestar atenção no que a tia falava se eu não ia poder continuar os meus estudos?"

FABIANA, 16 ANOS

PORNOGRAFIA

Produzir ou dirigir representação teatral, televisiva ou película cinematográfica, utilizando-se de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou vexatório
Artigo 240 do Código Penal

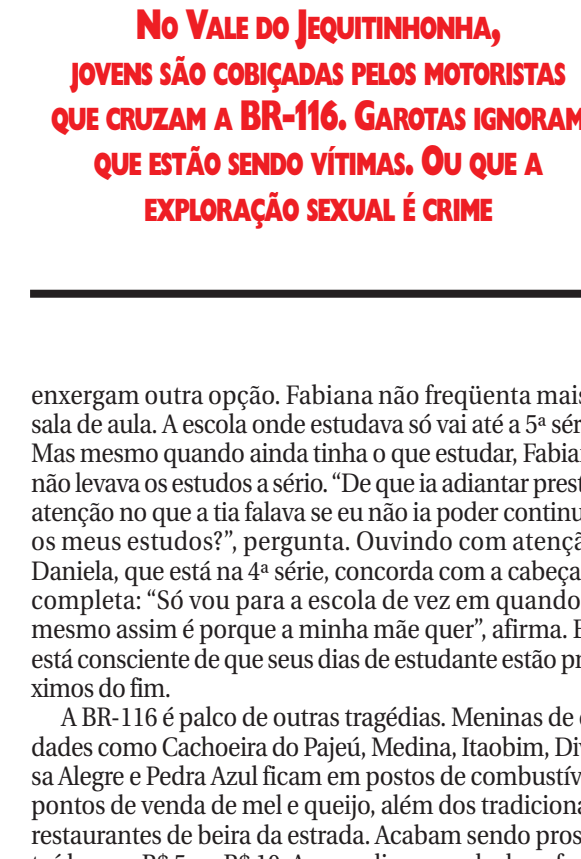
VÍTIMA
Criança ou adolescente

PENA PREVISTA
3 a 8 anos de reclusão e multa, se houver lucro

APELO DAS RUAS

Os professores e diretores da Escola Estadual Professor Querubim Cirino de Matos não precisam de estatísticas para acompanhar o abandono escolar. O número de alunos que começa o ano letivo em uma turma nunca é o mesmo na época da formatura. "Perdemos muitos estudantes para a rua, para a exploração sexual e para as drogas", observa Maria Eunice Rodrigues Bastos, diretora do colégio de ensino fundamental no município de Medina.

Ela tenta mudar a triste realidade das salas de aula. Conseguiu a parceria de quase todos os professores. "O conselho tutelar já veio aqui fazer palestras e temos trabalhado leituras sobre todos esses temas nas turmas de 5ª a 8ª séries", observa a pedagoga. Apesar da iniciativa, ela mesmo reconhece que é preciso lutar pela conscientização. Inclusive dos familiares. "Ainda é pouco, principalmente porque não conseguimos trazer os pais para o enfrentamento", comenta.



JÚLIA E LUCIANA GANHARAM AS RUAS ATRÁS DE DIVERSÃO. AGORA FAZEM CURSO DE CABELEIREIRO

O esforço da diretora do colégio de Medina não impediu que Júlia e Luciana, ambas de 14 anos, abandonassem os bancos escolares. As duas amigas se conhecem desde crianças. E, adiantam, uma sempre seguiu os passos da outra. Até mesmo quando, inconscientemente, se deixaram levar pela exploração sexual. Ambas são vítimas, mas ainda não conseguem enxergar os males que enfrentam.

A primeira a largar os estudos foi Júlia. Há cinco meses, deixou de ir à escola. Não demorou para aparecer com roupas novas e um telefone celular. "Não gostava de ir para a aula. Nunca podia conversar e os professores viviam me enchendo de perguntas", conta.

Um mês depois, Luciana seguiu o exemplo da melhor amiga. "Ficar na rua é bem mais divertido, não tem nem comparação", comenta. As duas amigas são vaidosas. Atualmente, são atendidas pelo Centro de Referência da Assistência Social em Medina. Ainda assim, nenhuma das duas conseguiu se livrar da condição de vítima da exploração sexual.

Mais uma vez, o problema está na falta de atrativos. "Oferecemos cursos de manicure e cabeleireiro mas não conseguimos ainda criar um ambiente lúdico e excitante a ponto de concorrer de igual por igual com as ruas", admite Edirlene Bruna de Almeida, educadora social do centro de referência. A concorrência é brutal e, de certa forma, até mesmo desanimadora. Mas não para quem trabalha no centro. (**EK**)

3º CONCURSO TIM LOPES DE INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA

SENTIMENTO DE ABANDONO

NO CENTRO DO PODER DA REPÚBLICA, PRÓXIMO À SEDE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, CRIANÇAS ESTÃO SENDO PROSTITUÍDAS POR ALICIADORES. ALÉM DO PLANO PILOTO, OUTRAS OITO REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL ENFRENTAM OS MESMOS PROBLEMAS

Cadu Gomes/CB

JÚLIA ENTROU NA RODA-VIVA DOS PROGRAMAS DE RUA NA CAPITAL FEDERAL HÁ APENAS UM MÊS. RECEBE CUIDADOS DE UM CASAL DE EXPLORADORES

Parece que faz uma vida. Mas foi há apenas um mês. Em quatro semanas, Júlia deixou de ser criança, de ir para a escola, de brincar com as amigas. Há 30 dias seu endereço mais freqüente é uma das avenidas que cortam o coração do Plano Piloto. Ela passa as noites andando nas proximidades do prédio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Júlia foi obrigada a abrir mão de sua cidadania para fazer programas a menos de 200m do prédio que simboliza o exercício da democracia brasileira. Não que ela já tenha passado por essa experiência.

No Brasil, é preciso ter, pelo menos, 16 anos para votar. E Júlia tem bem menos que isso. Quando conversou com o **Correio**, há 10 dias, recusou-se a dizer a idade e a mostrar qualquer documento. Relatou, contudo, que abandonou a sala de aula, em Taguatinga, há um mês, quando cursava a 3ª série do ensino fundamental. Na sua vida escolar, repetiu de ano só uma vez. Agora é só fazer as contas. Mesmo que ela tenha entrado tardiamente na escola, a menina não pode ter mais de 13 anos. Justamente a idade que aparenta ter, apesar da roupa decotada, o cabelo preso e a maquiagem pesada.

"Das cinco filhas da minha mãe, só eu parei com a escola e passei a trabalhar na rua. Os caras cuidam de mim", afirma, referindo-se a traficantes de drogas do Setor de Diversões Sul (SDS). Além deles, prostitutas mais velhas também ficam de olho na menina. Quando a reportagem abordou Júlia, na madrugada de sábado, em menos de cinco minutos um casal apareceu para tentar interromper a entrevista. A mulher, uma espécie de cafetina, não permitiu que a menina revelasse a idade.

Júlia está nas ruas do Plano Piloto porque ainda não conheceu alguém que pudesse ajudá-la a entrar na elite da prostituição de Brasília. "Não vou nas boates caras ainda, mas sei de garotas que ganham uma fortuna e só ficam com gente importante", conta. A menina não sabe se já saiu com alguém "famoso" do mundo da política, mas admite que os dias em que mais trabalha são quarta e quinta-feira e que a maioria dos seus clientes é de engravatados.

"Brasília tem forte movimento do sexo-negócio que é abastecido por lobistas e políticos. Todos estão na cidade atrás das conversas no Congresso ou grandes licitações", ressalta Neide Castanha, secretária-executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Cecria). "É como se fosse o turismo sexual do Nordeste, mas com outro tipo de motivação." O principal problema é, segundo ela, o fato de essa exploração ser escondida. "Primeiro são as boates e os hotéis que fazem parte do jogo para receber notórios personagens do poder", explica. "Soma-se a isso o fato de as garotas serem cúmplices por causa do prestígio de conhecer políticos que aparecem na televisão e nos jornais." É esse prestígio que facilita o mercado do recrutamento de novas meninas para a exploração. "O famoso 'você sabe com quem está falando' aqui em Brasília dá lugar ao 'você sabe com quem está transando?'", provoca.

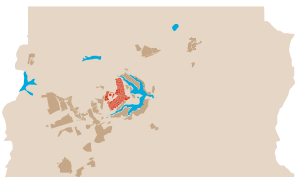
Regresso

Por dois anos, Anita conviveu com esse universo. A história de prostituição da adolescente de 14 anos começou há apenas dois anos, quando fugiu de casa. Ela nunca conheceu a mãe. Morava com a madrasta, com quem irritou-se por causa das cobranças. Até que fugiu de casa. Primeiro, recebeu abrigo em uma chácara localizada entre o Núcleo Bandeirante e o Guará. De lá, foi levada para outra chácara, em Corumbá de Goiás, a 130km de Brasília. Os dois endereços são conhecidos pela polícia. São de uma mesma rede de prostituição.

Quando foi embora, Anita estava na 2ª série e, desde então, nunca mais pegou em um lápis ou caderno de novo. "Lá eu não estudei, só cuidava da casa e namorava com uns caras de mais de 30 anos", lembra.

Sônia Prado, coordenadora do Serviço de Desaparecidos do Distrito Federal, ajudou na volta de Anita para sua família. A garota voltou no dia primeiro de janeiro deste ano. "Arrumei uma carona com um cara e voltei. Primeiro eu não queria ficar em casa. Mas, depois de uns meses, acabei vindo morar com o meu pai outra vez, aqui na Ceilândia." De acordo com Sônia, psicóloga e especialista em violência doméstica, o caso da menina se encaixa em um fenômeno bastante comum no DF: a falta de vínculos familiares. "Muitos casais deixam o núcleo familiar para trás em busca de mais oportunidade de vida e criam seus filhos sem a proximidade dos avós, tios e primos", conta.

O isolamento das crianças, que muitas vezes ficam sozinhas durante o dia enquanto os pais trabalham, acaba por contribuir para um sentimento de abandono. "As meninas e meninos terminam por se sentir livres para transgredir regras e se expõem a situações de violência", completa. (**Erika Klingl**)



DISTRITO FEDERAL

IDH da unidade da federação: 0,844

Está em primeiro lugar no ranking nacional

Das 19 regiões administrativas do DF, há denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes em nove: Brasília (tráfico de adolescentes, prostituição e pornografia), Gama (prostituição), Núcleo Bandeirante, Planaltina, Samambaia, São Sebastião, Sobradinho, Ceilândia e Taguatinga (tráfico e prostituição)

Em todo o Distrito Federal, existem 766 escolas de ensino fundamental e 169 de ensino médio

"Não vou nas boates caras ainda, mas sei de garotas que ganham uma fortuna e só ficam com gente importante"

JÚLIA, 13 ANOS

PORNOGRAFIA PELA INTERNET

Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar por qualquer meio de comunicação, inclusive internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes
Artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente

VÍTIMA

Criança ou adolescente

PENA PREVISTA

2 a 6 anos de reclusão e multa, se houver lucro

PRECONCEITO NA ESCOLA

ALÉM DE ENFRENTAR O DRAMA DA PROSTITUIÇÃO, CRIANÇAS SENTEM NA PELE A CARGA DE DESCONFIANÇA E A CONDENAÇÃO MORAL DE PROFESSORES E COLEGAS DO COLÉGIO. NO MATO GROSSO, MENINA DE 15 ANOS SÓ CONSEGUIU VOLTAR A SENTAR EM FRENTE AO QUADRO NEGRO DEPOIS DE SER PRESA POR PORTE DE MACONHA

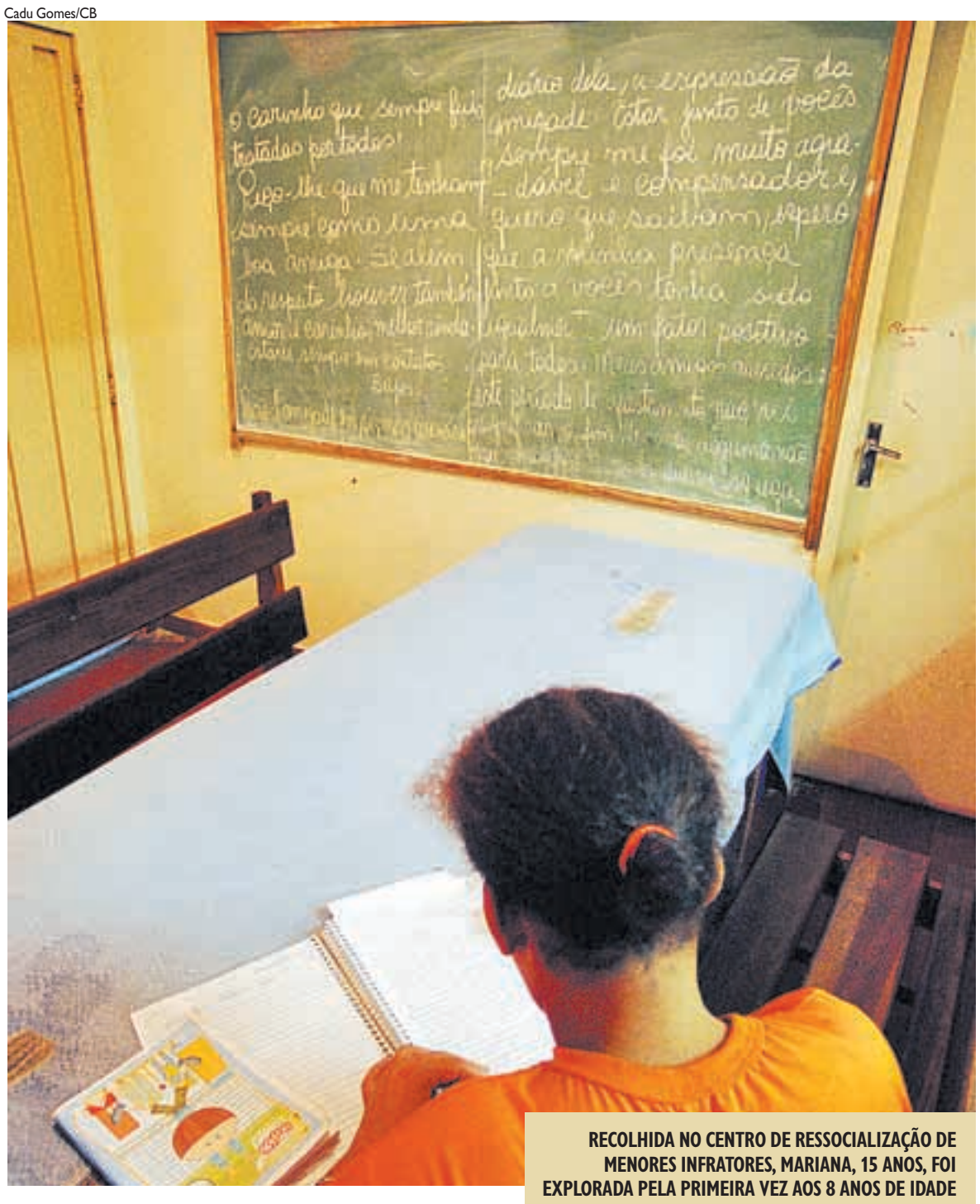
Cuiabá (MT) — Mariana chora. Chora quando conta sua história de vida. Quando lembra das humilhações. Da zombaria dos colegas da escola. Chora quando abraça a assistente social que lhe deu apoio. Mariana tem 15 anos de idade. São oito anos de infância e sete como vítima da exploração sexual. Sete anos de exclusão. Marcada pelas ruas, não conheceu um dia sem discriminação. Abandonou cinco escolas, cansada de ser chamada de puta pelos colegas e até por professores. E, só agora, cercada pelas grades de uma instituição para crianças e jovens em conflito com a lei, ela consegue estudar. Cercada por meninas com histórias quase tão sofridas quanto a dela, não se sente deslocada. E tenta recomeçar.

A história de Mariana começou quando ainda era um bebê na barriga da mãe, que trabalhava no garimpo em Apiacás, na região norte do Mato Grosso. O pai também era garimpeiro. A criança foi entregue a uma vizinha que cuidou dela até completar 8 anos. Então, Mariana foi abandonada. Pela segunda vez.

Sem ter onde morar, a garota foi trabalhar em um bordel freqüentado por homens do garimpo. Nos primeiros dias, limpava as mesas. Mas não tardou para que começasse a receber trocados e bebida alcoólica. Tudo para dançar em cima das mesas, que acabaram tornando-se palco para a mirrada menina de 8 anos. O álcool deu lugar à droga menos de seis meses depois. As apresentações de dança deram espaço para a exploração sexual. E assim passaram-se sete anos.

Nesse período, Mariana teve contato cinco vezes com a Rede de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Sempre recebia conselhos e era matriculada em alguma escola. "A história se repetiu toda vez, em todas as escolas. Eles me chamavam de puta e riam na minha cara, dizendo que ali não era o meu lugar. De tanto falarem que eu não valia nada, comecei a achar que não ia aprender nada mesmo", desabafa. "Na rua, todo mundo me trata bem. Por que eu ia ficar num lugar onde ninguém me queria?", pergunta.

Cadu Gomes/CB



RECOLHIDA NO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE MENORES INFRATORES, MARIANA, 15 ANOS, FOI EXPLORADA PELA PRIMEIRA VEZ AOS 8 ANOS DE IDADE

Pressão

Entre os que humilhavam Mariana, estavam alunos e professores que já tinham visto a menina na Rua das Velhas, ponto de prostituição na cidade. "Pode anotar aí: nunca houve um professor que me ajudou. Nenhum me olhou e disse que eu podia mudar de vida", resume.

Hoje, Mariana está em um centro de ressocialização de menores em conflito com a lei. Ela foi pega com a ponta de um cigarro de maconha e enquadrada por porte de entorpecentes. O lugar nem de longe inspira qualquer possibilidade de ressocialização. É cheio de grades e sem atividades lúdicas. Mas trouxe, pelo menos, uma vantagem para Mariana. Pela primeira vez, desde os 8 anos, ela é tratada como uma menina normal. Mariana vive em um país em que é necessário estar em uma sala de aula cheia de grades nas janelas para encontrar-se com a educação, a principal chave da cidadania.

Na história de vida de Mariana, a escola teve papel de destaque. Mas em vez de assumir papel de mocinho, o sistema educacional foi carrasco. "A escola ajudou a vitimizá-la quando deixou a impressão de que, na exploração, ela seria mais feliz. A menina foi uma vítima da incompreensão e da falta de tolerância de professores e diretores que não quiseram enfrentar o desafio de tirá-la da prostituição", lamenta Dulce Regina Amorim, assistente social do Conselho Tutelar de Várzea Grande, na região metropolitana de Cuiabá (MT). (**Erika Klingl**)

SINAIS PSICOLÓGICOS DE ABUSO E EXPLORAÇÃO

Medo ou mesmo pânico de certa pessoa ou sentimento generalizado de desagrado quando a criança é deixada sozinha em algum lugar com alguém

Medo do escuro ou de lugares fechados

Mudanças extremas, súbitas e inexplicadas no comportamento, como oscilações no humor

Regressão a comportamentos infantis, como choro excessivo sem causa aparente

Baixo nível de auto-estima e excessiva preocupação em agradar os outros

Ansiedade generalizada, comportamento tenso, sempre em estado de alerta, fadiga

Comportamento agressivo, raivoso

Expressão de afeto sensualizada ou mesmo certo grau de provocação erótica, inapropriado para uma criança

Abandono de comportamento infantil, de laços afetivos, de antigos hábitos lúdicos, de fantasias, ainda que temporariamente

Fugas freqüentes de casa

Prática de delitos

Uso e abuso de substâncias como álcool e drogas

Assiduidade e pontualidade exageradas, quando ainda freqüenta a escola. Chega cedo e sai tarde da escola, demonstra pouco interesse ou mesmo resistência em voltar para casa após a aula, em caso de abuso

Queda injustificada na freqüência escolar

Dificuldade de concentração e aprendizagem resultando em baixo rendimento escolar

Não participação ou pouca participação nas atividades escolares

Tendência ao isolamento social com poucas relações com colegas

Dificuldade de confiar nas pessoas

SINAIS FÍSICOS

Enfermidades psicossomáticas, que são problemas de saúde sem aparente causa clínica, como dor de cabeça, erupções na pele, vômitos e outras dificuldades digestivas. Tais sintomas têm fundo psicológico e emocional

Doenças sexualmente transmissíveis, diagnosticadas em coceira na área genital, infecções urinárias, odor vaginal, corrimento e secreções vaginais e penianas, além de cólicas intestinais

Dor, inchaço, lesão ou sangramento nas áreas da vagina ou ânus a ponto de causar, inclusive, dificuldade de caminhar e sentar

Gravidez precoce ou aborto

Ganho ou perda de peso

Fonte: *Guia Escolar - Método para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, 2003*

VIGÍLIA DOS PROFESSORES

A escola pode e deve ser a principal porta de entrada para as notificações de abuso e de exploração sexual de crianças e adolescentes. Pode ser a principal parceira da Rede de Enfrentamento da Violência Sexual. "O professor é o que, depois da família, mais tempo fica com as crianças e adolescentes. Ele só não pode se omitir", afirma Leandro Fialho, coordenador de Ações Educacionais Complementares da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), órgão do Ministério da Educação.

Para cumprir esse papel, é necessário que os educadores tomem para si a responsabilidade pelos alunos. Mesmo quando eles não estão dentro da sala de aula. O problema é que, na maioria das vezes, o professor não sabe identificar as características do abuso ou da exploração. Simplesmente, não sabe o que fazer. "Antes de qualquer coisa, os integrantes do sistema educacional precisam fazer uma reflexão. Só pedagogia não adianta. Não basta explicar bem o conteúdo de matemática se o estudante não se concentra porque tem medo de voltar para casa ou passou a noite nas ruas", argumenta Sônia Prado, psicóloga especializada em violência familiar em Brasília (DF).

"Se os educadores admitirem que não sabem o que fazer, já vai ser bom para a rede de enfrentamento porque portas serão abertas para a capacitação. Está na hora de dar um basta na omissão", completa Roseli Schuster, coordenadora do Centro Referência da Assistência Social de Foz do Iguaçu (PR).

A saída para tal dilema está na informação. Os professores, diretores e coordenadores pedagógicos precisam saber, por exemplo, que têm responsabilidade pelas denúncias. O artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece, por exemplo, multa de até 20 salários mínimos, caso o médico, o professor ou o responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente. A denúncia no conselho tutelar ou pelo disque-denúncia — número telefônico 100 — pode ser anônima. É necessário informar apenas o nome e o endereço da criança e do suposto violador para que as autoridades possam investigar e tomar as medidas cabíveis.

Leandro Fialho explica que aumentar as notificações dos casos de maus-tratos é um dos pontos centrais do programa Escola que Protege, que está em implantação em 94 municípios. "Capacitamos quatro professores, gestores e coordenadores pedagógicos de cada escola dessas cidades para que eles atuem na identificação, notificação e encaminhamento para atendimento especializado das crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual e de trabalho infantil", explica. Nos dois primeiros anos, cinco mil professores foram formados tendo por base os conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Guia Escolar, Constituição Federal e Declaração Universal dos Direitos Humanos. "Esperamos que nessas cidades, as denúncias aumentem significativamente", completa. Ano passado, professores de Belém, Fortaleza e Recife participaram de um projeto piloto. (**EK**)